



# DIÁRIO DA REPÚBLICA

## ÓRGÃO OFICIAL DA REPÚBLICA DE ANGOLA

Preço deste número - Kz: 220,00

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncio e assinaturas do «Diário da República», deve ser dirigida à Imprensa Nacional - E.P., em Luanda, Rua Henrique de Carvalho n.º 2, Cidade Alta, Caixa Postal 1306, <a href="http://www.impresnanacional.gov.ao">www.impresnanacional.gov.ao</a> - End. teleg.: «Imprensa».	ASSINATURA	
	Ano	
	As três séries	Kz: 611 799.50
	A 1.ª série	Kz: 361 270.00
	A 2.ª série	Kz: 189 150.00
	A 3.ª série	Kz: 150 111.00
O preço de cada linha publicada nos Diários da República 1.ª e 2.ª série é de Kz: 75.00 e para a 3.ª série Kz: 95.00, acrescido do respectivo imposto do selo, dependendo a publicação da 3.ª série de depósito prévio a efectuar na tesouraria da Imprensa Nacional - E. P.		

### SUMÁRIO

#### Presidente da República

**Decreto Presidencial n.º 121/16:**

Delega poderes ao Ministro de Estado e Chefe da Casa Civil do Presidente da República, para conferir posse as entidades que integram o Conselho de Administração da SONANGOL, E.P.

#### Ministérios da Administração do Território e da Educação

**Decreto Executivo Conjunto n.º 249/16:**

Cria as Escolas do Ensino Primário Ngolome n.º 194 - Pambo de Sonhe e 213 - Samba, situadas no Município de Samba Cajú, Província do Cuanza-Norte, com 6 salas de aulas, 18 turmas, 3 turnos e aprova o quadro de pessoal das Escolas criadas.

**Decreto Executivo Conjunto n.º 250/16:**

Cria as Escolas do Ensino Primário n.º 187 - Luambakasseno, 191 - Mussabo, e 130 - Zona A Sede, situadas no Município de Samba Cajú, Província do Cuanza-Norte, com 4 salas de aulas, 12 turmas, 3 turnos e aprova o quadro de pessoal das Escolas criada.

**Decreto Executivo Conjunto n.º 251/16:**

Cria a Escola do Ensino Primário n.º 211, situada no Município do Cazengo, Província do Cuanza-Norte, com 13 salas de aulas, 39 turmas, 3 turnos e aprova o quadro de pessoal da Escola criada.

**Decreto Executivo Conjunto n.º 252/16:**

Cria a Escola Técnica Agrária do I Ciclo do Ensino Secundário de Mona Quimbundo, situada no Município de Saurimo, Província da Lunda-Sul, com 10 salas de aulas, 20 turmas, 2 turnos e aprova o quadro de pessoal da Escola criada.

**Decreto Executivo Conjunto n.º 253/16:**

Cria a Escola do Ensino Primário n.º 27, situada no Município do Camanongue, Província do Moxico, com 8 salas, 16 turmas, 2 turnos e aprova o quadro de pessoal da Escola criada.

#### Ministério do Ambiente

**Decreto Executivo n.º 254/16:**

Cria a Unidade Técnica de Apoio ao Investimento Privado deste Ministério, adiante designada por UTAIP-MINAMB e aprova o seu Regulamento Interno. — Revoga toda a legislação que contraria o disposto no presente Decreto Executivo.

#### Ministérios das Finanças e da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social

**Despacho Conjunto n.º 240/16:**

Aprova 338 Quotas para ingresso no Regime Especial e Geral do Sector do Ensino Superior.

#### Ministério da Educação

**Despacho n.º 241/16:**

Subdelega plenos poderes a Domingos Torres Júnior, Director da Direcção Nacional da Acção Social Escolar, para representar este Ministério na assinatura do Protocolo de Parceria entre o Ministério da Educação e a Organização Não Governamental «Procter & Gamble».

#### Comissão do Mercado de Capitais

**Regulamento n.º 5/16:**

Aprova o Regulamento sobre Ofertas de Valores Mobiliários, designadamente as ofertas pública e ofertas particulares.

#### Inspeção Geral da Administração do Estado

**Rectificação n.º 5/16:**

Rectifica o preâmbulo do Despacho n.º 205/16, de 23 de Maio, publicado no *Diário da República* n.º 80, I Série, que determina a realização de uma inspecção especial ao Ministério da Saúde, referente aos Exercícios Económicos de 2015 e 2016.

### PRESIDENTE DA REPÚBLICA

**Decreto Presidencial n.º 121/16  
de 6 de Junho**

Considerando que nos termos da Constituição da República de Angola, o Presidente da República tem competência para nomear os Ministros de Estado, Ministros, Secretários de Estado, Vice-Ministros, Membros do Conselho de Administração e outras entidades;

Tendo sido nomeado o novo Conselho de Administração da SONANGOL-E.P.;

O Presidente da República determina nos termos da alínea d) do artigo 120.º e do n.º 5 do artigo 125.º, ambos da Constituição da República, conjugados com o n.º 2 do artigo 6.º do Decreto Legislativo Presidencial n.º 6/12, de 15 de Outubro, o seguinte:

1.º — São delegados poderes ao Ministro de Estado e Chefe da Casa Civil do Presidente da República, para conferir posse as entidades que integram o Conselho de Administração da SONANGOL-E.P., para os seguintes cargos:

- a) Isabel dos Santos — Administradora Não Executiva e Presidente do Conselho de Administração;
- b) Paulino Fernando de Carvalho Jerónimo — Administrador Executivo e Presidente da Comissão Executiva;
- c) César Paxi Manuel João Pedro — Administrador Executivo;
- d) Eunice Paula Figueiredo Carvalho - Administradora Executiva;
- e) Edson de Brito Rodrigues dos Santos — Administrador Executivo;
- f) Manuel Lino Carvalho Lemos — Administrador Executivo;
- g) João Pedro de Freitas Saraiva dos Santos — Administrador Executivo;
- h) Jorge de Abreu — Administrador Executivo;
- i) José Gime — Administrador Não Executivo;
- j) André Lelo — Administrador Não Executivo;
- k) Sarju Raikundalia — Administrador Não Executivo.

2.º — As dúvidas e omissões resultantes da aplicação e interpretação do presente Despacho Presidencial são resolvidas pelo Presidente da República.

3.º — O presente Despacho Presidencial entra em vigor na data da sua publicação.

Publique-se.

Luanda, aos 6 de Junho de 2016.

O Presidente da República, JOSÉ EDUARDO DOS SANTOS.

## MINISTÉRIOS DA ADMINISTRAÇÃO DO TERRITÓRIO E DA EDUCAÇÃO

### Decreto Executivo Conjunto n.º 249/16 de 6 de Junho

Ao abrigo do disposto no artigo 71.º da Lei n.º 13/01, de 31 de Dezembro, que aprova a Lei de Bases do Sistema de Educação, conjugado com as disposições do Decreto Presidencial n.º 104/11, de 23 de Maio, que define as condições e procedimento de elaboração, gestão e controlo do quadro de pessoal da Administração Pública;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com o estabelecido no n.º 4 do artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, determina-se:

1. São criadas as Escolas do Ensino Primário, Ngolome, n.º 194 - Pambo de Sonhe e 213 - Samba, situadas no Município de Samba Cajú, Província do Cuanza-Norte, com 6 salas, 18 turmas, 3 turnos com 36 alunos por sala e capacidade para 648 alunos.

2. É aprovado o quadro de pessoal das Escolas ora criadas, constante dos modelos anexos ao presente Decreto Executivo Conjunto, dele fazendo parte integrante.

Publique-se.

Luanda, aos 16 de Maio de 2016.

O Ministro da Administração do Território, *Bornito de Sousa Baltazar Diogo*.

O Ministro da Educação, *Pinda Simão*.

### MODELO PARA A CRIAÇÃO/ LEGALIZAÇÃO DAS ESCOLAS

#### I

##### Dados sobre as Escolas

Província: Cuanza-Norte.

Município: Samba Caju.

N.os/Nomes das Escolas: Ngolome - 194-Pambo de Sonhe e n.º 213 - Samba.

Nível de Ensino: Primário.

Classes que lecciona: Iniciação à 6.ª Classe.

Zona geográfica/Quadro domiciliar: Suburbana.

N.º de salas de aulas: 6; N.º de turmas: 18; N.º de turnos 3.

N.º de alunos/Sala: 36; Total de alunos: 648.

#### II

##### Quadro de Pessoal

Necessidades do Pessoal	Categoria/Cargo (c)
1	Director
5	Coordenador
1	Chefe de Secretaria
20	Pessoal Docente
5	Pessoal Administrativo
4	Pessoal Auxiliar
4	Pessoal Operário
<b>Total de trabalhadores 40</b>	

## Quadro de Pessoal Docente

Grupo de Pessoal	Categoria/Cargo	Lugares Criados
Direcção	Director	1
	Subdirector Pedagógico	
	Subdirector Administrativo	
Chefia	Coordenador de Turno	1
	Coordenador de Curso	
	Coordenador de Desporto Escolar	1
	Coordenador de Círculos de Interesse	1
	Coordenador Psico-Pedagógico	2
	Coordenador de Disciplina	
	Chefe de Secretaria	1
Professor do II Ciclo do Ensino Secundário e Médio Diplomado	Prof. do II Ciclo do Ens. Sec. e Médio Diplomado do 1.º Escalão	
	Prof. do II Ciclo do Ens. Sec. e Médio Diplomado do 2.º Escalão	
	Prof. do II Ciclo do Ens. Sec. e Médio Diplomado do 3.º Escalão	
	Prof. do II Ciclo do Ens. Sec. e Médio Diplomado do 4.º Escalão	
	Prof. do II Ciclo do Ens. Sec. e Médio Diplomado do 5.º Escalão	
	Prof. do II Ciclo do Ens. Sec. e Médio Diplomado do 6.º Escalão	
	Prof. do II Ciclo do Ens. Sec. e Médio Diplomado do 7.º Escalão	
	Prof. do II Ciclo do Ens. Sec. e Médio Diplomado do 8.º Escalão	
Professor do I Ciclo do Ensino Secundário Diplomado	Prof. do I Ciclo do Ens. Sec. Diplomado do 1.º Escalão	
	Prof. do I Ciclo do Ens. Sec. Diplomado do 2.º Escalão	
	Prof. do I Ciclo do Ens. Sec. Diplomado do 3.º Escalão	
	Prof. do I Ciclo do Ens. Sec. Diplomado do 4.º Escalão	
	Prof. do I Ciclo do Ens. Sec. Diplomado do 5.º Escalão	
	Prof. do I Ciclo do Ens. Sec. Diplomado do 6.º Escalão	
Professor do Ensino Primário	Prof. do Ens. Prim. Diplomado do 1.º Escalão	3
	Prof. do Ens. Prim. Diplomado do 2.º Escalão	3
	Prof. do Ens. Prim. Diplomado do 3.º Escalão	3
	Prof. do Ens. Prim. Diplomado do 4.º Escalão	3
	Prof. do Ens. Prim. Diplomado do 5.º Escalão	4
	Prof. do Ens. Prim. Diplomado do 6.º Escalão	4
Professor do Ensino Primário Auxiliar	Prof. do Ens. Prim. Auxiliar do 1.º Escalão	
	Prof. do Ens. Prim. Auxiliar do 2.º Escalão	
	Prof. do Ens. Prim. Auxiliar do 3.º Escalão	
	Prof. do Ens. Prim. Auxiliar do 4.º Escalão	
	Prof. do Ens. Prim. Auxiliar do 5.º Escalão	
	Prof. do Ens. Prim. Auxiliar do 6.º Escalão	

## Quadro de Pessoal da Administrativo

Grupo de Pessoal	Categoria/Cargo	Lugares Criados
Pessoal Técnico Superior	Assessor Principal	
	Primeiro Assessor	
	Assessor	
	Téc. Superior Principal	
	Téc. Superior Principal de 1.ª Classe	
	Téc. Superior Principal de 2.ª Classe	
Pessoal Técnico	Especialista Principal	
	Especialista de 1.ª Classe	
	Especialista de 2.ª Classe	
	Téc. de 1.ª Classe	
	Téc. de 2.ª Classe	
	Téc. de 3.ª Classe	
Pessoal Técnico Médio	Téc. Médio Principal de 1.ª Classe	
	Téc. Médio Principal de 2.ª Classe	
	Téc. Médio Principal de 3.ª Classe	
	Téc. Médio de 1.ª Classe	
	Téc. Médio de 2.ª Classe	
	Téc. Médio de 3.ª Classe	
Pessoal Administrativo	Oficial Administrativo Principal	
	1.º Oficial Administrativo	1
	2.º Oficial Administrativo	2
	3.º Oficial Administrativo	1
	Aspirante	1
	Escriturário-Dactilógrafo	1
Pessoal Tesoureiro	Tesoureiro Principal	
	Tesoureiro Principal de 1.ª Classe	
	Tesoureiro Principal de 2.ª Classe	
Pessoal Auxiliar	Motorista de Pesados Principal	
	Motorista de Pesados de 1.ª Classe	
	Motorista de Pesados de 2.ª Classe	
	Motorista de Ligeiros Principal	
	Motorista de Ligeiros de 1.ª Classe	
	Motorista de Ligeiros de 2.ª Classe	
	Telefonista Principal	
	Telefonista de 1.ª Classe	
	Telefonista de 2.ª Classe	
	Auxiliar Administrativo Principal	
	Auxiliar Administrativo de 1.ª Classe	
	Auxiliar Administrativo de 2.ª Classe	
Pessoal Operário Qualificado	Auxiliar de Limpeza Principal	1
	Auxiliar de Limpeza de 1.ª Classe	1
	Auxiliar de Limpeza de 2.ª Classe	2
	Encarregado	
	Operário Qualificado de 1.ª Classe	
	Operário Qualificado de 2.ª Classe	
Pessoal Operário não Qualificado	Encarregado	1
	Operário não Qualificado de 1.ª Classe	1
	Operário não Qualificado de 2.ª Classe	2

O Ministro da Administração do Território, *Bornito de Sousa Baltazar Diogo*.

O Ministro da Educação, *Pinda Simão*.

**Decreto Executivo Conjunto n.º 250/16**  
de 6 de Junho

Ao abrigo do disposto no artigo 71.º da Lei n.º 13/01, de 31 de Dezembro, que aprova a Lei de Bases do Sistema de Educação, conjugado com as disposições do Decreto Presidencial n.º 104/11, de 23 de Maio, que define as condições e procedimentos de elaboração, gestão e controlo dos quadros de pessoal da Administração Pública;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com o estabelecido no n.º 4 do artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, determina-se:

1. São criadas as Escolas do Ensino Primário, n.ºs 187 - Luambakasseno, 191 - Mussabo, e 130 - Zona A Sede, situadas no Município do Samba Cajú, Província do Cuanza-Norte, com 4 salas, 12 turmas, 3 turnos com 36 alunos por sala e capacidade para 432 alunos.

2. É aprovado o quadro de pessoal das Escolas ora criadas, constante dos modelos anexos ao presente Decreto Executivo Conjunto, dele fazendo parte integrante.

Publique-se.

Luanda, aos 16 de Maio de 2016.

O Ministro da Administração do Território, *Bornito de Sousa Baltazar Diogo*.

O Ministro da Educação, *Pinda Simão*.

**MODELO PARA CRIAÇÃO/  
LEGALIZAÇÃO DAS ESCOLAS**

**I**

**Dados sobre as Escolas**

Província: Cuanza-Norte.

Município: Samba Cajú.

N.º /Escola: n.º 187 - Luambakasseno, n.º 191 - Mussabo e n.º 130 - Zona A Sede.

Nível de Ensino: Primário.

Classes que lecciona: Iniciação à 6.ª Classe.

Zona geográfica/quadro domiciliar: Urbana.

N.º de salas de aulas: 4; N.º de turmas: 12; N.º de turnos: 3.

N.º de alunos/sala: 36; Total de alunos: 432.

**II**

**Quadro de Pessoal**

Necessidades do Pessoal	Categoria/Cargo
1	Director
5	Coordenador
1	Chefe de Secretaria
16	Pessoal Docente
4	Pessoal Administrativo
4	Pessoal Auxiliar
4	Pessoal Operário
<b>Total de trabalhadores</b>	<b>35</b>

**Quadro de Pessoal Docente**

Grupo de Pessoal	Categoria/Cargo	Lugares Criados
Direcção	Director	1
	Subdirector Pedagógico	
	Subdirector Administrativo	
Chefia	Coordenador de Turno	1
	Coordenador de Curso	
	Coordenador de Desporto Escolar	1
	Coordenador de Circulos de Interesse	1
	Coordenador Psico-Pedagógico	2
	Coordenador de Disciplina	
	Chefe de Secretaria	1
Professor do II Ciclo do Ensino Secundário e Médio Diplomado	Professor do II Ciclo do Ensino Sec. e Médio Diplomado do 1.º Escalão	
	Professor do II Ciclo do Ensino Sec. e Médio Diplomado do 2.º Escalão	
	Professor do II Ciclo do Ensino Sec. e Médio Diplomado do 3.º Escalão	
	Professor do II Ciclo do Ensino Sec. e Médio Diplomado do 4.º Escalão	
	Professor do II Ciclo do Ensino Sec. e Médio Diplomado do 5.º Escalão	
	Professor do II Ciclo do Ensino Sec. e Médio Diplomado do 6.º Escalão	
	Professor do II Ciclo do Ensino Sec. e Médio Diplomado do 7.º Escalão	
	Professor do II Ciclo do Ensino Sec. e Médio Diplomado do 8.º Escalão	
Professor do I Ciclo do Ensino Secundário Diplomado	Professor do I Ciclo do Ensino Sec. Diplomado do 1.º Escalão	
	Professor do I Ciclo do Ensino Sec. Diplomado do 2.º Escalão	
	Professor do I Ciclo do Ensino Sec. Diplomado do 3.º Escalão	
	Professor do I Ciclo do Ensino Sec. Diplomado do 4.º Escalão	
	Professor do I Ciclo do Ensino Sec. Diplomado do 5.º Escalão	
	Professor do I Ciclo do Ensino Sec. Diplomado do 6.º Escalão	
Professor do Ensino Primário	Professor do Ensino Primário Diplomado do 1.º Escalão	2
	Professor do Ensino Primário Diplomado do 2.º Escalão	2
	Professor do Ensino Primário Diplomado do 3.º Escalão	2
	Professor do Ensino Primário Diplomado do 4.º Escalão	3
	Professor do Ensino Primário Diplomado do 5.º Escalão	3
	Professor do Ensino Primário Diplomado do 6.º Escalão	4
Professor do Ensino Primário Auxiliar	Professor do Ensino Primário Auxiliar do 1.º Escalão	
	Professor do Ensino Primário Auxiliar do 2.º Escalão	
	Professor do Ensino Primário Auxiliar do 3.º Escalão	
	Professor do Ensino Primário Auxiliar do 4.º Escalão	
	Professor do Ensino Primário Auxiliar do 5.º Escalão	
	Professor do Ensino Primário Auxiliar do 6.º Escalão	

**Quadro de Pessoal Administrativo**

Grupo de Pessoal	Categoria/Cargo	Lugares Criados
Pessoal Técnico Superior	Assessor Principal	
	Primeiro Assessor	
	Assessor	
	Técnico Superior Principal	
	Técnico Superior Principal de 1.ª Classe	
	Técnico Superior Principal de 2.ª Classe	
Pessoal Técnico	Especialista Principal	
	Especialista de 1.ª Classe	
	Especialista de 2.ª Classe	
	Técnico de 1.ª Classe	
	Técnico de 2.ª Classe	
	Técnico de 3.ª Classe	
Pessoal Técnico Médio	Técnico Médio Principal de 1.ª Classe	
	Técnico Médio Principal de 2.ª Classe	
	Técnico Médio Principal de 3.ª Classe	
	Técnico Médio de 1.ª Classe	
	Técnico Médio de 2.ª Classe	
	Técnico Médio de 3.ª Classe	
Pessoal Administrativo	Oficial Administrativo Principal	
	1.º Oficial Administrativo	1
	2.º Oficial Administrativo	1
	3.º Oficial Administrativo	1
	Aspirante	1
	Escriturário-Dactilógrafo	1
Pessoal Tesoureiro	Tesoureiro Principal	
	Tesoureiro Principal de 1.ª Classe	
	Tesoureiro Principal de 2.ª Classe	
Pessoal Auxiliar	Motorista de Pesados Principal	
	Motorista de Pesados de 1.ª Classe	
	Motorista de Pesados de 2.ª Classe	
	Motorista de Ligeiros Principal	
	Motorista de Ligeiros de 1.ª Classe	
	Motorista de Ligeiros de 2.ª Classe	
	Telefonista Principal	
	Telefonista de 1.ª Classe	
	Telefonista de 2.ª Classe	
	Auxiliar Administrativo Principal	
	Auxiliar Administrativo de 1.ª Classe	
	Auxiliar Administrativo de 2.ª Classe	
	Auxiliar de Limpeza Principal	1
	Auxiliar de Limpeza de 1.ª Classe	1
	Auxiliar de Limpeza de 2.ª Classe	2
Pessoal Operário Qualificado	Encarregado	
	Operário Qualificado de 1.ª Classe	
	Operário Qualificado de 2.ª Classe	
Pessoal Operário não Qualificado	Encarregado	1
	Operário não Qualificado de 1.ª Classe	1
	Operário não Qualificado de 2.ª Classe	2

O Ministro da Administração do Território, *Bornito de Sousa Baltazar Diogo*.

O Ministro da Educação, *Pinda Simão*.

**Decreto Executivo Conjunto n.º 251/16**  
 de 6 de Junho

Ao abrigo do disposto no artigo 71.º da Lei n.º 13/01, de 31 de Dezembro, que aprova a Lei de Bases do Sistema de Educação, conjugado com as disposições do Decreto Presidencial n.º 104/11, de 23 de Maio, que define as condições e procedimentos de elaboração, gestão e controlo dos quadros de pessoal da Administração Pública;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com o estabelecido no n.º 4 do artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, determina-se:

1. É criada a Escola do Ensino Primário, n.º 211, situada no Município do Cazengo, Província do Cuanza-Norte, com 13 salas, 39 turmas, 3 turnos com 36 alunos por sala e capacidade para 1.404 alunos.

2. É aprovado o quadro de pessoal da Escola ora criada, constante dos modelos anexos ao presente Decreto Executivo Conjunto, dele fazendo parte integrante.

Publique-se.

Luanda, aos 16 de Maio de 2016.

O Ministro da Administração do Território, *Bornito de Sousa Baltazar Diogo*.

O Ministro da Educação, *Pinda Simão*.

**MODELO PARA CRIAÇÃO/  
LEGALIZAÇÃO DA ESCOLA**
**I**  
**Dados sobre a Escola**

Província: Cuanza-Norte.

Município: Cazengo.

N.º /Escola: n.º 211.

Nível de Ensino: Primário.

Classes que lecciona: Iniciação à 6.ª Classe.

Zona geográfica/quadro domiciliar: Urbana.

N.º de salas de aulas: 13; N.º de turmas: 39; N.º de turnos: 3.

N.º de alunos/sala: 36; Total de alunos: 1.404.

**II**  
**Quadro de Pessoal**

Necessidades do Pessoal	Categoria/Cargo
1	Director
1	Subdirector
5	Coordenador
1	Chefe de Secretaria
41	Pessoal Docente
5	Pessoal Administrativo
6	Pessoal Auxiliar
6	Pessoal Operário
<b>Total de trabalhadores</b>	<b>66</b>

## Quadro de Pessoal Docente

Grupo de Pessoal	Categoria/Cargo	Lugares Criados
Direcção	Director	1
	Subdirector Pedagógico	1
	Subdirector Administrativo	
Chefia	Coordenador de Turno	1
	Coordenador de Curso	
	Coordenador de Desporto Escolar	1
	Coordenador de Círculos de Interesse	1
	Coordenador Psico-Pedagógico	2
	Coordenador de Disciplina	
	Chefe de Secretaria	1
Professor do II Ciclo do Ensino Secundário e Médio Diplomado	Professor do II Ciclo do Ensino Sec. e Médio Diplomado do 1.º Escalão	
	Professor do II Ciclo do Ensino Sec. e Médio Diplomado do 2.º Escalão	
	Professor do II Ciclo do Ensino Sec. e Médio Diplomado do 3.º Escalão	
	Professor do II Ciclo do Ensino Sec. e Médio Diplomado do 4.º Escalão	
	Professor do II Ciclo do Ensino Sec. e Médio Diplomado do 5.º Escalão	
	Professor do II Ciclo do Ensino Sec. e Médio Diplomado do 6.º Escalão	1
	Professor do II Ciclo do Ensino Sec. e Médio Diplomado do 7.º Escalão	2
	Professor do II Ciclo do Ensino Sec. e Médio Diplomado do 8.º Escalão	3
Professor do I Ciclo do Ensino Secundário Diplomado	Professor do I Ciclo do Ensino Sec. Diplomado do 1.º Escalão	
	Professor do I Ciclo do Ensino Sec. Diplomado do 2.º Escalão	
	Professor do I Ciclo do Ensino Sec. Diplomado do 3.º Escalão	
	Professor do I Ciclo do Ensino Sec. Diplomado do 4.º Escalão	
	Professor do I Ciclo do Ensino Sec. Diplomado do 5.º Escalão	
	Professor do I Ciclo do Ensino Sec. Diplomado do 6.º Escalão	
Professor do Ensino Primário	Professor do Ensino Primário Diplomado do 1.º Escalão	3
	Professor do Ensino Primário Diplomado do 2.º Escalão	4
	Professor do Ensino Primário Diplomado do 3.º Escalão	5
	Professor do Ensino Primário Diplomado do 4.º Escalão	6
	Professor do Ensino Primário Diplomado do 5.º Escalão	7
	Professor do Ensino Primário Diplomado do 6.º Escalão	10
Professor do Ensino Primário Auxiliar	Professor do Ensino Primário Auxiliar do 1.º Escalão	
	Professor do Ensino Primário Auxiliar do 2.º Escalão	
	Professor do Ensino Primário Auxiliar do 3.º Escalão	
	Professor do Ensino Primário Auxiliar do 4.º Escalão	
	Professor do Ensino Primário Auxiliar do 5.º Escalão	
	Professor do Ensino Primário Auxiliar do 6.º Escalão	

## Quadro de Pessoal Administrativo

Grupo de Pessoal	Categoria/Cargo	Lugares Criados
Pessoal Técnico Superior	Assessor Principal	
	Primeiro Assessor	
	Assessor	
	Técnico Superior Principal	
	Técnico Superior Principal de 1.ª Classe	
	Técnico Superior Principal de 2.ª Classe	
Pessoal Técnico	Especialista Principal	
	Especialista de 1.ª Classe	
	Especialista de 2.ª Classe	
	Técnico de 1.ª Classe	
	Técnico de 2.ª Classe	
	Técnico de 3.ª Classe	
Pessoal Técnico Médio	Técnico Médio Principal de 1.ª Classe	
	Técnico Médio Principal de 2.ª Classe	
	Técnico Médio Principal de 3.ª Classe	
	Técnico Médio de 1.ª Classe	
	Técnico Médio de 2.ª Classe	
Pessoal Administrativo	Técnico Médio de 3.ª Classe	
	Oficial Administrativo Principal	
	1.º Oficial Administrativo	1
	2.º Oficial Administrativo	2
	3.º Oficial Administrativo	1
	Aspirante	1
Pessoal Tesoureiro	Escriturário-Dactilógrafo	1
	Tesoureiro Principal	
	Tesoureiro Principal de 1.ª Classe	
Pessoal Auxiliar	Tesoureiro Principal de 2.ª Classe	
	Motorista de Pesados Principal	
	Motorista de Pesados de 1.ª Classe	
	Motorista de Pesados de 2.ª Classe	
	Motorista de Ligeiros Principal	
	Motorista de Ligeiros de 1.ª Classe	
	Motorista de Ligeiros de 2.ª Classe	
	Telefonista Principal	
	Telefonista de 1.ª Classe	
	Telefonista de 2.ª Classe	
	Auxiliar Administrativo Principal	
	Auxiliar Administrativo de 1.ª Classe	
	Auxiliar Administrativo de 2.ª Classe	
	Auxiliar de Limpeza Principal	1
Pessoal Operário Qualificado	Auxiliar de Limpeza de 1.ª Classe	2
	Auxiliar de Limpeza de 2.ª Classe	3
	Encarregado	
Pessoal Operário não Qualificado	Operário Qualificado de 1.ª Classe	1
	Operário Qualificado de 2.ª Classe	1
	Encarregado	1
Pessoal Operário não Qualificado	Operário não Qualificado de 1.ª Classe	1
	Operário não Qualificado de 2.ª Classe	2

O Ministro da Administração do Território, *Bornito de Sousa Baltazar Diogo*.

O Ministro da Educação, *Pinda Simão*.

**Decreto Executivo Conjunto n.º 252/16**  
de 6 de Junho

Ao abrigo do disposto no artigo 71.º da Lei n.º 13/01, de 31 de Dezembro, que aprova a Lei de Bases do Sistema de Educação, conjugado com as disposições do Decreto Presidencial n.º 104/11, de 23 de Maio, que define as condições e procedimento de elaboração, gestão e controlo do quadro de pessoal da Administração Pública;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com o estabelecido no n.º 4 do artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, determina-se:

1. É criada a Escola Técnica Agrária do I Ciclo do Ensino Secundário de Mona Quimbundo, situada no Município de Saurimo, Província da Lunda-Sul, com 10 salas, 20 turmas, 2 turnos com 36 alunos por sala e capacidade para 720 alunos.

2. É aprovado o quadro de pessoal das Escola ora criada, constante dos modelos anexos ao presente Decreto Executivo Conjunto, dele fazendo parte integrante.

Publique-se.

Luanda, aos 16 de Maio de 2016.

O Ministro da Administração do Território, *Bornito de Sousa Baltazar Diogo*.

O Ministro da Educação, *Pinda Simão*.

**MODELO PARA A CRIAÇÃO/  
LEGALIZAÇÃO DA ESCOLA**

**I**

**Dados sobre a Escola**

Província: Lunda-Sul.

Município: Saurimo.

Escola: Escola Técnica Agrária do I Ciclo de Mona Quimbundo.

Nível de ensino: I Ciclo do Ensino Secundário.

Classes que lecciona: 7.ª, 8.ª e 9.ª Classes.

Zona geográfica/Quadro domiciliar: Suburbana.

N.º de salas de aulas: 10; N.º de turmas: 20; N.º de turnos 2.

N.º de alunos/Sala: 36; Total de Alunos: 720

**II**

**Quadro de Pessoal**

Necessidades do Pessoal	Categoria/Cargo (c)
1	Director
2	Subdirector
31	Coordenador
1	Chefe de Secretaria
88	Pessoal Docente
11	Pessoal Administrativo
20	Pessoal Auxiliar
39	Pessoal Operário
<b>Total de trabalhadores 193</b>	

**Quadro de Pessoal Docente**

Grupo de Pessoal	Categoria/Cargo	Lugares Criados
Direcção	Director	1
	Subdirector Pedagógico	1
	Subdirector Administrativo	1
Chefia	Coordenador de Turno	
	Coordenador de Curso	4
	Coordenador de Desporto Escolar	1
	Coordenador de Circulos de Interesse	1
	Coordenador Psico-Pedagógico	2
	Coordenador de Disciplina	23
	Chefe de Secretaria	1
Professor do II Ciclo do Ensino Secundário e Médio Diplomado	Prof. do II Ciclo do Ens. Sec. e Médio Diplomado do 1.º Escalão	
	Prof. do II Ciclo do Ens. Sec. e Médio Diplomado do 2.º Escalão	
	Prof. do II Ciclo do Ens. Sec. e Médio Diplomado do 3.º Escalão	
	Prof. do II Ciclo do Ens. Sec. e Médio Diplomado do 4.º Escalão	
	Prof. do II Ciclo do Ens. Sec. e Médio Diplomado do 5.º Escalão	3
	Prof. do II Ciclo do Ens. Sec. e Médio Diplomado do 6.º Escalão	4
	Prof. do II Ciclo do Ens. Sec. e Médio Diplomado do 7.º Escalão	4
	Prof. do II Ciclo do Ens. Sec. e Médio Diplomado do 8.º Escalão	5
Professor do I Ciclo do Ensino Secundário Diplomado	Prof. do I Ciclo do Ens. Sec. Diplomado do 1.º Escalão	7
	Prof. do I Ciclo do Ens. Sec. Diplomado do 2.º Escalão	10
	Prof. do I Ciclo do Ens. Sec. Diplomado do 3.º Escalão	12
	Prof. do I Ciclo do Ens. Sec. Diplomado do 4.º Escalão	12
	Prof. do I Ciclo do Ens. Sec. Diplomado do 5.º Escalão	13
	Prof. do I Ciclo do Ens. Sec. Diplomado do 6.º Escalão	18
Professor do Ensino Primário	Prof. do Ens. Prim. Diplomado do 1.º Escalão	
	Prof. do Ens. Prim. Diplomado do 2.º Escalão	
	Prof. do Ens. Prim. Diplomado do 3.º Escalão	
	Prof. do Ens. Prim. Diplomado do 4.º Escalão	
	Prof. do Ens. Prim. Diplomado do 5.º Escalão	
	Prof. do Ens. Prim. Diplomado do 6.º Escalão	
Professor do Ensino Primário Auxiliar	Prof. do Ens. Prim. Auxiliar do 1.º Escalão	
	Prof. do Ens. Prim. Auxiliar do 2.º Escalão	
	Prof. do Ens. Prim. Auxiliar do 3.º Escalão	
	Prof. do Ens. Prim. Auxiliar do 4.º Escalão	
	Prof. do Ens. Prim. Auxiliar do 5.º Escalão	
	Prof. do Ens. Prim. Auxiliar do 6.º Escalão	



**Quadro de Pessoal da Administrativo**

Grupo de Pessoal	Categoria/Cargo	Lugares Criados
Pessoal Técnico Superior	Assessor Principal	
	Primeiro Assessor	
	Assessor	
	Téc. Superior Principal	
	Téc. Superior Principal de 1.ª Classe	
	Téc. Superior Principal de 2.ª Classe	
Pessoal Técnico	Especialista Principal	
	Especialista de 1.ª Classe	
	Especialista de 2.ª Classe	
	Téc. de 1.ª Classe	
	Téc. de 2.ª Classe	
	Téc. de 3.ª Classe	
Pessoal Técnico Médio	Téc. Médio Principal de 1.ª Classe	
	Téc. Médio Principal de 2.ª Classe	
	Téc. Médio Principal de 3.ª Classe	
	Téc. Médio de 1.ª Classe	1
	Téc. Médio de 2.ª Classe	1
	Téc. Médio de 3.ª Classe	2
Pessoal Administrativo	Oficial Administrativo Principal	1
	1.º Oficial Administrativo	1
	2.º Oficial Administrativo	1
	3.º Oficial Administrativo	1
	Aspirante	1
	Escriturário-Dactilógrafo	2
Pessoal Tesoureiro	Tesoureiro Principal	
	Tesoureiro Principal de 1.ª Classe	
	Tesoureiro Principal de 2.ª Classe	
Pessoal Auxiliar	Motorista de Pesados Principal	1
	Motorista de Pesados de 1.ª Classe	1
	Motorista de Pesados de 2.ª Classe	2
	Motorista de Ligeiros Principal	1
	Motorista de Ligeiros de 1.ª Classe	1
	Motorista de Ligeiros de 2.ª Classe	2
	Telefonista Principal	
	Telefonista de 1.ª Classe	
	Telefonista de 2.ª Classe	
	Auxiliar Administrativo Principal	
	Auxiliar Administrativo de 1.ª Classe	
	Auxiliar Administrativo de 2.ª Classe	
	Auxiliar de Limpeza Principal	3
	Auxiliar de Limpeza de 1.ª Classe	4
	Auxiliar de Limpeza de 2.ª Classe	5
Pessoal Operário Qualificado	Encarregado	3
	Operário Qualificado de 1.ª Classe	5
	Operário Qualificado de 2.ª Classe	8
Pessoal Operário não Qualificado	Encarregado	5
	Operário não Qualificado de 1.ª Classe	8
	Operário não Qualificado de 2.ª Classe	10

O Ministro da Administração do Território, *Bornito de Sousa Baltazar Diogo*.

O Ministro da Educação, *Pinda Simão*.

**Decreto Executivo Conjunto n.º 253/16**  
de 6 de Junho

Ao abrigo do disposto no artigo 71.º da Lei n.º 13/01, de 31 de Dezembro, que aprova a Lei de Bases do Sistema de Educação, conjugado com as disposições do Decreto Presidencial n.º 104/11, de 23 de Maio, que define as condições e procedimento de elaboração, gestão e controlo do quadro de pessoal da Administração Pública;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com o estabelecido no n.º 4 do artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, determina-se:

1. É criada a Escola do Ensino Primário n.º 27, situada no Município do Camanongue, Província do Moxico, com 8 salas, 16 turmas, 2 turnos com 36 alunos por sala e capacidade para 576 alunos.

2. É aprovado o quadro de pessoal da Escola ora criada, constante dos modelos anexos ao presente Decreto Executivo Conjunto, dele fazendo parte integrante.

Publique-se.

Luanda, aos 16 de Maio de 2016.

O Ministro da Administração do Território, *Bornito de Sousa Baltazar Diogo*.

O Ministro da Educação, *Pinda Simão*.

**MODELO PARA A CRIAÇÃO/  
LEGALIZAÇÃO DA ESCOLA**

**I**

**Dados sobre a Escola**

Província: Moxico.

Município: Camanongue.

N.º da Escola: 27.

Nível de ensino: Primário.

Classes que lecciona: Iniciação à 6.ª Classe.

Zona geográfica/Quadro domiciliar: Rural.

N.º de salas de aulas: 8; N.º de turmas: 16; N.º de turnos: 2.

N.º de alunos/Sala: 36; Total de alunos: 576.

**II**

**Quadro de Pessoal**

Necessidades do Pessoal	Categoria/Cargo (c)
1	Director
4	Coordenador
1	Chefe de Secretaria
20	Pessoal Docente
5	Pessoal Administrativo
4	Pessoal Auxiliar
4	Pessoal Operário
<b>Total de trabalhadores</b> 39	



## Quadro de Pessoal Docente

Grupo de Pessoal	Categoria/Cargo	Lugares Criados
Direcção	Director	1
	Subdirector Pedagógico	
	Subdirector Administrativo	
Chefia	Coordenador de Turno	
	Coordenador de Curso	
	Coordenador de Desporto Escolar	1
	Coordenador de Círculos de Interesse	1
	Coordenador Psico-Pedagógico	2
	Coordenador de Disciplina	
	Chefe de Secretaria	1
Professor do II Ciclo do Ensino Secundário e Médio Diplomado	Prof. do II Ciclo do Ens. Sec. e Médio Diplomado do 1.º Escalão	
	Prof. do II Ciclo do Ens. Sec. e Médio Diplomado do 2.º Escalão	
	Prof. do II Ciclo do Ens. Sec. e Médio Diplomado do 3.º Escalão	
	Prof. do II Ciclo do Ens. Sec. e Médio Diplomado do 4.º Escalão	
	Prof. do II Ciclo do Ens. Sec. e Médio Diplomado do 5.º Escalão	
	Prof. do II Ciclo do Ens. Sec. e Médio Diplomado do 6.º Escalão	1
	Prof. do II Ciclo do Ens. Sec. e Médio Diplomado do 7.º Escalão	1
	Prof. do II Ciclo do Ens. Sec. e Médio Diplomado do 8.º Escalão	2
Professor do I Ciclo do Ensino Secundário Diplomado	Prof. do I Ciclo do Ens. Sec. Diplomado do 1.º Escalão	
	Prof. do I Ciclo do Ens. Sec. Diplomado do 2.º Escalão	
	Prof. do I Ciclo do Ens. Sec. Diplomado do 3.º Escalão	
	Prof. do I Ciclo do Ens. Sec. Diplomado do 4.º Escalão	
	Prof. do I Ciclo do Ens. Sec. Diplomado do 5.º Escalão	
	Prof. do I Ciclo do Ens. Sec. Diplomado do 6.º Escalão	
Professor do Ensino Primário	Prof. do Ens. Prim. Diplomado do 1.º Escalão	2
	Prof. do Ens. Prim. Diplomado do 2.º Escalão	2
	Prof. do Ens. Prim. Diplomado do 3.º Escalão	2
	Prof. do Ens. Prim. Diplomado do 4.º Escalão	3
	Prof. do Ens. Prim. Diplomado do 5.º Escalão	3
	Prof. do Ens. Prim. Diplomado do 6.º Escalão	4
Professor do Ensino Primário Auxiliar	Prof. do Ens. Prim. Auxiliar do 1.º Escalão	
	Prof. do Ens. Prim. Auxiliar do 2.º Escalão	
	Prof. do Ens. Prim. Auxiliar do 3.º Escalão	
	Prof. do Ens. Prim. Auxiliar do 4.º Escalão	
	Prof. do Ens. Prim. Auxiliar do 5.º Escalão	
	Prof. do Ens. Prim. Auxiliar do 6.º Escalão	

## Quadro de Pessoal da Administrativo

Grupo de Pessoal	Categoria/Cargo	Lugares Criados
Pessoal Técnico Superior	Assessor Principal	
	Primeiro Assessor	
	Assessor	
	Téc. Superior Principal	
	Téc. Superior Principal de 1.ª Classe	
	Téc. Superior Principal de 2.ª Classe	
Pessoal Técnico	Especialista Principal	
	Especialista de 1.ª Classe	
	Especialista de 2.ª Classe	
	Téc. de 1.ª Classe	
	Téc. de 2.ª Classe	
	Téc. de 3.ª Classe	
Pessoal Técnico Médio	Téc. Médio Principal de 1.ª Classe	
	Téc. Médio Principal de 2.ª Classe	
	Téc. Médio Principal de 3.ª Classe	
	Téc. Médio de 1.ª Classe	
	Téc. Médio de 2.ª Classe	
	Téc. Médio de 3.ª Classe	
Pessoal Administrativo	Oficial Administrativo Principal	
	1.º Oficial Administrativo	
	2.º Oficial Administrativo	1
	3.º Oficial Administrativo	1
	Aspirante	1
	Escriturário-Dactilógrafo	2
Pessoal Tesoureiro	Tesoureiro Principal	
	Tesoureiro Principal de 1.ª Classe	
	Tesoureiro Principal de 2.ª Classe	
Pessoal Auxiliar	Motorista de Pesados Principal	
	Motorista de Pesados de 1.ª Classe	
	Motorista de Pesados de 2.ª Classe	
	Motorista de Ligeiros Principal	
	Motorista de Ligeiros de 1.ª Classe	
	Motorista de Ligeiros de 2.ª Classe	
	Telefonista Principal	
	Telefonista de 1.ª Classe	
	Telefonista de 2.ª Classe	
	Auxiliar Administrativo Principal	
	Auxiliar Administrativo de 1.ª Classe	
	Auxiliar Administrativo de 2.ª Classe	
	Auxiliar de Limpeza Principal	1
	Auxiliar de Limpeza de 1.ª Classe	1
	Auxiliar de Limpeza de 2.ª Classe	2
Pessoal Operário Qualificado	Encarregado	
	Operário Qualificado de 1.ª Classe	
	Operário Qualificado de 2.ª Classe	
Pessoal Operário não Qualificado	Encarregado	1
	Operário não Qualificado de 1.ª Classe	1
	Operário não Qualificado de 2.ª Classe	2

O Ministro da Administração do Território, *Bornito de Sousa Baltazar Diogo*.

O Ministro da Educação, *Pinda Simão*.

## MINISTÉRIO DO AMBIENTE

### Decreto Executivo n.º 254/16 de 6 de Junho

Considerando a necessidade de se adoptar medidas para assegurar o procedimento de condução, orientação e avaliação dos Projectos de Investimento Privado, do qual a aprovação compete ao Ministro do Ambiente, no termo da Lei n.º 14/15, de 11 de Agosto, conjugado com o Decreto Presidencial n.º 182/15, de 30 de Setembro;

Reconhecendo a importância de se criar uma Unidade Técnica de Apoio ao Investimento Privado do Ministério do Ambiente, nos termos do artigo 12.º do Decreto Presidencial n.º 182/15, de 30 de Setembro, que aprova o Regulamento do Procedimento para a Realização do Investimento Privado, conjuga com o artigo 13.º do Decreto Presidencial n.º 236/15, que cria a Unidade de Investimento Privado;

Reconhecendo a importância do cumprimento da legislação Ambiental sobre Avaliação de Impacte Ambiental, Decreto n.º 51/04, de 23 de Julho, e o Decreto n.º 1/10, de 13 de Janeiro, sobre Realização de Auditorias Ambientais às Actividades Públicas ou Privadas, susceptíveis de provocar danos significativos ao ambiente, no processo de diversificação e reforço na economia real assentes na parceria pública ou privada;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, conjugado com o artigo 6.º do Decreto Presidencial n.º 85/14, 24 de Abril, determino:

#### ARTIGO 1.º (Criação e aprovação)

É criada a Unidade Técnica de Apoio ao Investimento Privado do Ministério do Ambiente, adiante designado por UTAIP-MINAMB, responsável pela orientação e coordenação do procedimento de condução, avaliação e aprovação dos Projectos de Investimento Privado, dos quais a aprovação é da competência do Ministro do Ambiente, nos termos da Lei n.º 14/15, de 11 de Agosto, do artigo 12.º do Decreto Presidencial n.º 182/15, de 30 de Setembro, e do artigo 13.º do Decreto Presidencial n.º 236/15, e é aprovado o seu Regulamento Interno, anexo ao presente Decreto Executivo e que dele faz parte integrante.

#### ARTIGO 2.º (Revogação)

É revogada toda a legislação que contraria o disposto no presente Decreto Executivo.

#### ARTIGO 3.º (Dúvidas e omissões)

As dúvidas e omissões que forem suscitadas da aplicação do presente Regimento são resolvidas pelo Ministro do Ambiente.

#### ARTIGO 4.º (Entrada em vigor)

O presente Decreto Executivo entra imediatamente em vigor.  
Publique-se.

Luanda, aos 27 de Maio de 2016.

A Ministra, *Maria de Fátima Monteiro Jardim*.

## REGULAMENTO INTERNO DA UNIDADE TÉCNICA DE APOIO AO INVESTIMENTO PRIVADO DO MINISTÉRIO DO AMBIENTE

### CAPÍTULO I Das Disposições Gerais

#### ARTIGO 1.º (Natureza)

A Unidade Técnica de Apoio ao Investimento Privado do Ministério do Ambiente, adiante designado por UTAIP-MINAMB é o serviço de apoio técnico permanente do Ministério do Ambiente, encarregue da preparação, condução e avaliação dos Projectos de Investimento, cuja aprovação nos termos da Lei do Investimento Privado, seja da competência do Titular do Departamento Ministerial.

#### ARTIGO 2.º (Atribuições)

1. A UTAIP-MINAMB tem como atribuições as estabelecidas na Lei n.º 14/15, de 11 de Agosto, Lei do Investimento Privado, do Decreto Presidencial n.º 182/15, de 30 de Setembro, que aprova o Regulamento do Procedimento para a Realização do Investimento, bem como do Decreto Presidencial n.º 236/15, que cria a Unidade Técnica de Apoio ao Investimento Privado:

- a) Assegurar a recepção e o acompanhamento de todos os Projectos de Investimento Privado;
- b) Apoiar tecnicamente com pareceres e de forma permanente o Ministro do Ambiente, no âmbito das suas atribuições;
- c) Negociar os contratos de investimento privado que nos termos da lei sejam da competência do Ministro do Ambiente;
- d) Assegurar a tramitação administrativa integrada de todos os processos, incluindo a candidatura de benefícios e incentivos fiscais, bem como o respectivo licenciamento sectorial;
- e) Participação em seminários ou encontros de trabalho sobre matéria de investimento privado;
- f) Conceder e implementar uma base de dados sobre o estado dos Projectos de Investimento Privado aprovados pelo Ministro do Ambiente;
- g) Propor o estabelecer mecanismos de articulação institucional com os demais Departamentos Ministeriais intervenientes, no âmbito da implementação dos Projectos de Investimento Privado;
- h) Apoiar na implementação dos procedimentos relativos a Gestão Ambiental dos projectos susceptíveis de causar danos ao ambiente no quadro da implementação do Sistema de Gestão ambiental;
- i) Apoiar na classificação e categorização de Projectos de Investimentos para a implementação do Sistema de Gestão Ambiental e sustentabilidade;
- j) No quadro das suas competências coordenar todas as diligências necessárias aos Estudos de Avaliação

de Impacte Ambiental, no quadro da Lei do Investimento Privado de projectos a si submetidos, bem como pareceres, preparação aos Estudos que serão objecto de licenciamento, tendo em consideração o cumprimento das disposições do Decreto n.º 51/04, de 23 de Julho, sobre a Avaliação de Impacte Ambiental;

- k)* Gerir e coordenar o procedimento de Avaliação de Impacte Ambiental dos Projectos de Investimentos que lhe forem submetidos a apreciação no âmbito da implementação do Investimento Privado;
- l)* Cooperar e promover a comunicação com entidades competentes para facilitação dos trâmites que conduzam a celeridade dos processo e o público em geral, no procedimento de AIA dos projectos;
- m)* Solicitar, promover e coordenar a participação das diversas instituições governamentais;
- n)* Zelar para que os Estudos de Impacte Ambiental dos projectos, sejam elaborados de acordo com a legislação ambiental em vigor aplicável, dos Termos de Referências em vigor e bem com os a actualizar;
- o)* Proceder e orientar à elaboração e adequação dos relatórios de Estudos de Impacte Ambiental aos regulamentos e procedimentos das instituições que se interligam com os objectivos da Lei Investimento Privado;
- p)* Garantir o acompanhamento técnico específico através de serviço de consultoria e estudos de forma a elevar a qualidade do processo de Avaliação de Impacte Ambiental do projecto;
- q)* Proceder à contratação de consultores do sempre que a complexidade do processo de Avaliação de Impacte Ambiental o exigir, bem como formar e capacitar as áreas provinciais no quadro das suas atribuições;
- r)* Aprovar os relatórios efectuados no âmbito da Avaliação de Impacte Ambiental dos processos para submissão ao licenciamento e aprovação superior;
- s)* Proceder e orientar à elaboração e revisão dos relatórios de auditoria e acompanhar a redução dos riscos para assegurar a correcta acomodação pelos serviços e outras contribuições no quadro da legislação em vigor;
- t)* Exercer outras atribuições que lhe forem atribuídas por lei ou por orientação do Ministro do Ambiente.

ARTIGO 3.º  
(Regime jurídico)

A UTAIP-MINAMB rege-se pelas disposições previstas na Lei do Investimento Privado e respectivo Regulamento, pelas normas do procedimento e da administração e demais legislação em vigor aplicáveis sobre a matéria.

CAPÍTULO II  
Da Estrutura e Organização

SECÇÃO I  
Da Estrutura

ARTIGO 4.º  
(Estrutura orgânica)

A UTAIP-MINAMB tem a seguinte estrutura orgânica:

- a)* Direcção;
- b)* Departamento de Avaliação e Negociação;
- c)* Departamento de Acompanhamento e Fiscalização;
- d)* Secretariado.

SECÇÃO II  
Da Organização

ARTIGO 5.º  
(Direcção)

1. A UTAIP-MINAMB é dirigida por um Director equiparado a Director Nacional, a quem compete.

- a)* Dirigir e coordenar as actividades dando instruções de serviço e orientações julgadas necessária ao seu bom funcionalmente;
- b)* Planificar e orientar todas as actividades da UTAIP-MINAMB, com os correspondentes poderes de direcção sobre todo o pessoal que integra o serviço, independentemente da sua categoria profissional;
- c)* Propor a celebração de protocolos de colaboração com os serviços de outras entidades públicas com competência no âmbito do investimento privado;
- d)* Propor a celebração de contratos de prestação de serviço de profissionais, pessoas singulares ou colectivas, nacionais ou estrangeiros, no âmbito das suas actividades e para a prossecução dos objectivos definidos;
- e)* Propor a formação profissional e permanente, actualização conhecimento técnicos pessoal da UTAIP-MINAMB;
- f)* Emitir parecer sobre as propostas de Projectos de Investimento Privado, previamente analisados e negociados;
- g)* Desempenhar as demais funções que lhe sejam atribuídas por lei ou determinação superior.

2. No exercício das suas actividades, o Director da UTAIP-MINAMB é coadjuvado por um Director-Adjunto, sendo ambos nomeados pelo Ministro do Ambiente.

3. Na sua ausência e impedimento o Director da UTAIP-MINAMB é substituído pelo Director-Adjunto.

ARTIGO 6.º  
(Departamento de Avaliação e Negociação)

1. O Departamento de Avaliação e Negociação é o órgão da UTAIP encarregue de organizar, dirigir controlar todas as acções relacionadas com a avaliação e negociação dos Projectos de Investimento.

2. Compete ao Departamento de Avaliação e Negociação:

- a)* Elaborar estudos técnico-económicos e pareceres sobre os Projectos de Investimento Privado submetidos à UTAIP-MINAMB os relatórios de actividades trimestrais e anuais da Unidade;

- b) Emitir pareceres técnico-económicos e pareceres sobre os Projectos de Investimento Privado;
- c) Estudar e propor os incentivos a atribuir ao Projecto de Investimento Privado;
- d) Registar todos os Projectos de Investimento Privado e consolidar toda a informação estatística, bem como elaborar ficheiros por sectores de investimento;
- e) Propor metodologia de análise e negociações;
- f) Negociar intenções de investimento e contratos de investimento;
- g) Preparar os dossiers inerentes à aprovação dos projectos negociados;
- h) Manter actualizado o cadastro do investidor;
- i) Desempenhar as demais funções que lhe sejam atribuídas por lei ou determinação superior.

3. O Departamento de Avaliação e Negociação é dirigido por um Chefe de Departamento.

#### ARTIGO 7.º

##### (Departamento de Acompanhamento e Fiscalização)

1. O Departamento de Acompanhamento e Fiscalização é o órgão da UTAIP-MINAMB encarregue de organizar, dirigir controlar todas as acções relacionadas com a acompanhamento e fiscalização dos Projectos de Investimento.

2. Compete ao Departamento de Acompanhamento e Fiscalização:

- a) Propor metodologia de acompanhamento, monitorização e fiscalização dos Projectos de Investimentos de acordo com a legislação vigente;
- b) Preparar relatórios de acompanhamento e de verificação do cumprimento das condições contratuais e legais de implementação dos Projectos de Investimento;
- c) Supervisionar a implementação dos Projectos de Investimento Privado e a sua conclusão nos prazos definidos contratualmente, através de visitas de acompanhamento superior;
- d) Desempenhar as demais funções que lhe sejam atribuídas por lei ou determinação superior.

3. O Departamento de Acompanhamento e fiscalização é dirigido por um Chefe de Departamento.

#### ARTIGO 8.º

##### (Secretariado)

1. O Secretariado é o órgão de auxílio da Unidade Técnica de Apoio ao Investimento Privado do Ministério do Ambiente que tem por missão, a recepção, expedição e arquivo, bem como prestar outros serviços de assistência técnica e administrativa à Unidade.

2. O Secretariado é dirigido por um Chefe de Departamento.

#### ARTIGO 9.º

##### (Regime contratual)

1. Os funcionários públicos e agentes administrativos da UTAIP-MINAMB regem-se pela legislação em vigor.

2. A contratação de técnicos para os quadros de UTAIP-MINAMB de ser feita no âmbito das regras da legislação em vigor.

#### ARTIGO 10.º

##### (Dever de sigilo)

1. Os técnicos da UTAIP-MINAMB que sejam contratados ou não são equiparados aos funcionários e agentes do Estado, sendo-lhes exigidos igualmente o dever relativo às obrigações de guardar sigilo em relação às matérias classificadas a que tenham acesso.

2. O dever de sigilo a que se refere o número anterior mantém-se após a desvinculação.

3. A violação do dever de sigilo é sancionada nos termos da legislação em vigor.

### CAPÍTULO III

#### Da Gestão Financeira e do Quadro de Pessoal

#### ARTIGO 11.º

##### (Orçamento e receitas)

1. A UTAIP-MINAMB não dispõe de orçamento próprio, sendo os recursos financeiros e materiais necessários para o seu funcionamento os previstos no orçamento do Ministério do Ambiente.

2. Constitui receitas da UTAIP-MINAMB as seguintes:

- a) As dotações que lhe são atribuídas pelo Orçamento Geral do Estado, os previstos no orçamento do Ministério do Ambiente;
- b) Os subsídios, heranças, legados, contribuições e doações que lhe sejam concedidos pela iniciativa privada por quaisquer entidades públicas ou privadas, nacionais e estrangeiras;
- c) Taxas e demais emolumentos devidos pelos serviços prestados, bem como valores resultantes da sua actividade;
- d) Valor das multas e outras receitas arrecadadas que por lei lhe sejam consignadas;
- e) Os prémios devidos pela outorga de contratos;
- f) O produto da alienação de bens do seu património;
- g) Quaisquer outros rendimentos ou verbas que provenham da sua actividade ou que por lei lhe sejam atribuídos.

#### ARTIGO 12.º

##### (Quadro de pessoal)

1. O quadro de pessoal permanente fica sujeito ao regime geral de função pública e consta no mapa em Anexo I que integra o presente Diploma.

2. A UTAIP-MINAMB poderá propor ao Ministro do Ambiente, remuneração adicional aos funcionários, tendo em conta a categoria e a natureza das suas funções, bem como das receitas decorrentes da sua actividade.

3. Por Despacho do Ministro do Ambiente, sob proposta do Director da UTAIP-MINAMB, podem ser contratados técnicos de comprovada competência para intervirem em assuntos pontuais de atribuições desta Direcção.

4. A admissão o quadro de pessoal é susceptível de alteração por Despacho do Ministro do Ambiente, ouvindo, nos termos da legislação em vigor, os demais órgãos da administração pública.

#### ARTIGO 13.º

##### (Organigrama)

O organigrama da UTAIP-MINAMB é o que consta do Anexo II do presente Regulamento e dele faz parte integrante.

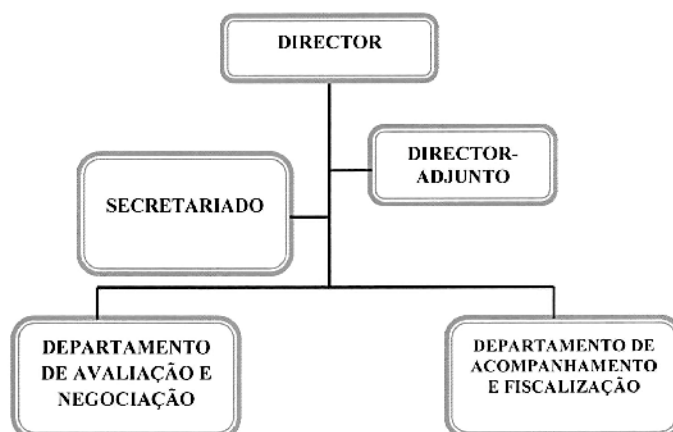
## ANEXO I

## Quadro de Pessoal a que se refere o artigo 12.º do presente Diploma

Carreiras	Categorias	Especialidade Profissional	Criados
Direcção	Director		1
	Director-Adjunto		1
Chefia	Chefe de Departamento		2
Técnico Superior	Assessor Principal Primeiro Assessor Assessor Técnico Superior Principal Técnico Superior de 1.ª Classe Técnico Superior de 2.ª Classe	Gestão de Recursos Humanos Gestão e Administração Pública Sociologia do Trabalho Económica Finanças Públicas Direito Informática	4
Técnico	Técnico Especialista Principal Técnico Especialista de 1.ª Classe Técnico Especialista de 2.ª Classe Técnico de 1.ª Classe Técnico de 2.ª Classe Técnico de 3.ª Classe	Gestão de Recursos Humanos Gestão e Administração Pública Estatística Psicologia do Trabalho/Organização Direito Informática	1
Técnico Médio	Técnico Médio Principal de 1.ª Classe Técnico Médio Principal de 2.ª Classe		1
Total			10

## ANEXO II

## (Organograma a que se refere o artigo 13.º do presente Diploma)



A Ministra, *Maria de Fátima Monteiro Jardim*.

## MINISTÉRIOS DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

**Despacho Conjunto n.º 240/16**  
de 6 de Junho

Considerando que nos termos do Decreto Presidencial n.º 60/16, de 21 de Março, foi aberto um crédito adicional para o reforço da força de trabalho nos Sectores da Educação, Ensino Superior e Saúde;

Havendo necessidade de se proceder à atribuição de quotas para o ingresso no Sector do Ensino Superior, ao abrigo do artigo 20.º do Decreto Presidencial n.º 104/11,

de 23 de Maio, que Define as Condições e Procedimentos de Elaboração, Gestão e Controlo dos Quadros de Pessoal da Administração Pública;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com o artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, da alínea d) do artigo 4.º do Estatuto Orgânico do Ministério das Finanças, aprovado pelo Decreto Presidencial n.º 299/14, de 4 de Novembro, e o n.º 1 do artigo 4.º do Estatuto Orgânico do Ministério da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social, aprovado pelo Decreto Presidencial n.º 182/14, de 28 de Julho, determina-se:

ARTIGO 1.º  
(Objecto)

São aprovadas 338 quotas para ingresso no regime especial e geral do Sector do Ensino Superior.

ARTIGO 2.º  
(Quotas)

As quotas atribuídas nos termos do artigo anterior constam do mapa em anexo ao presente Despacho e que dele é parte integrante.

ARTIGO 3.º  
(Procedimento para admissão)

O ingresso pode ser feito em diferentes etapas no II Semestre de 2016.

ARTIGO 4.º  
(Obrigatoriedade de concurso)

O ingresso deve ocorrer mediante a realização de concursos nos termos da legislação vigente.

ARTIGO 5.º  
(Cumprimento da legislação)

A atribuição de quotas para o ingresso não dispensa o cumprimento da legislação vigente sobre a necessidade de quadro de pessoal aprovado.

ARTIGO 6.º  
(Dúvidas e omissões)

As dúvidas e omissões emergentes da interpretação e aplicação do presente Despacho são resolvidas por Despacho Conjunto dos Ministros da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social e das Finanças.

ARTIGO 7.º  
(Entrada em vigor)

O presente Despacho Conjunto entra imediatamente em vigor. Publique-se.

Luanda, aos 6 de Junho de 2016.

O Ministro das Finanças, *Armando Manuel*.

O Ministro da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social, *António Domingos Pitra da Costa Neto*.

### QUOTAS DE ADMISSÃO PARA 2016

Provincia	Região Académica	Professor Auxiliar	Assistente Estagiário	Técnico Superior de 2.ª Classe	Técnico de 3.ª Classe	Total
Luanda e Bengo	I	20	64	19	6	109
Benguela e Cuanza-Sul	II	5	25	2	0	32
Cabinda e Zaire	III	4	12	3	0	19
L.Norte, L.Sul e Malanje	IV	10	28	5	3	46
Huambo, Bié e Moxico	V	6	20	4	1	31
Huíla e Namibe	VI	2	11	2	0	15
Uíge e Cuanza-Norte	VII	3	6	1	0	10
Cuando-Cubango e Cunene	VIII	12	40	9	0	61
Ministério do Ensino Superior (INAGBE e INAAAREES)		0	0	11	4	15
<b>Total</b>		<b>62</b>	<b>206</b>	<b>56</b>	<b>14</b>	<b>338</b>

O Ministro das Finanças, *Armando Manuel*.

O Ministro da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social, *António Domingos Pitra da Costa Neto*.

## MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

### Despacho n.º 241/16 de 6 de Junho

Havendo necessidade de se assinar o Protocolo de Pareceria entre o Ministério da Educação e a Organização Não Governamental «Procter & Gamble», no âmbito da informação sobre a adolescência, puberdade e incentivar a mudança de hábitos.

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com o estabelecido no n.º 4 do artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, determino:

1. É subdelegado ao Director da Direcção Nacional da Acção Social Escolar, Domingos Torres Júnior, plenos poderes

para representar o Ministério da Educação na assinatura do Protocolo de Pareceria entre o Ministério da Educação e a Organização Não Governamental «Procter & Gamble».

2. O Protocolo referido no número anterior tem como objecto estabelecer as responsabilidades que o MED e a P&G deverão desempenhar referentes à execução do Programa *Always* nas Escolas do Ensino Primário e I Ciclo do Ensino Secundário.

3. As dúvidas e omissões resultantes da interpretação e aplicação do presente Despacho são resolvidas pelo Ministro da Educação.

4. O presente Despacho entra imediatamente em vigor. Publique-se.

Luanda, aos 6 de Maio de 2016.

O Ministro, *Pinda Simão*.

## COMISSÃO DO MERCADO DE CAPITAIS

### Regulamento n.º 5/16 de 6 de Junho

Considerando que o Código dos Valores Mobiliários veio proceder a uma profunda reforma do sistema jurídico mobiliário, criando condições para o desenvolvimento do mercado de valores mobiliários;

Sendo indispensável a aprovação de um conjunto de regras, visando dar operacionalidade às normas aprovadas pelo Código, permitindo assegurar a existência de uma estrutura regulatória adequada e completa sobre a disciplina das ofertas de valores mobiliários, em especial, no que respeita às ofertas públicas;

Assim, ao abrigo do disposto na alínea b) do artigo 17.º, no artigo 33.º, no n.º 4 do artigo 155.º, no artigo 159.º e no n.º 2 do artigo 161.º, todos do Código dos Valores Mobiliários, bem como no n.º 1 do artigo 4.º e na alínea c) do artigo 19.º, ambos do Estatuto Orgânico da Comissão do Mercado de Capitais, aprovado pelo Decreto Presidencial n.º 54/13, de 6 de Junho, o Conselho de Administração da Comissão do Mercado de Capitais aprova o seguinte Regulamento:

### CAPÍTULO I Disposições Gerais

#### ARTIGO 1.º (Objecto)

O presente Diploma tem por objecto a regulação das ofertas de valores mobiliários, designadamente as ofertas públicas e ofertas particulares.

#### ARTIGO 2.º (Definições)

Para efeitos do presente Regulamento, considera-se:

- a) «*Contrato de Estabilização*», o contrato entre o oferente e um agente de intermediação habilitado a realizar operações por conta própria relativo a operações de estabilização;
- b) «*Oferente*», a pessoa singular ou colectiva que anuncia a oferta pública de forma preliminar e/ou que procede ao seu lançamento;
- c) «*Operações de Estabilização*», as operações sobre valores mobiliários susceptíveis de ter efeitos estabilizadores;
- d) «*Oferta Futura*», a oferta pública que é objecto de recolha de intenções de investimento junto do público;
- e) «*Oferta Pública*», a oferta relativa a valores mobiliários dirigida, no todo ou em parte, a destinatários indeterminados, sendo que a indeterminação dos destinatários não é prejudicada pela circunstância de a oferta se realizar através de múltiplas comunicações padronizadas, ainda que endereçadas a destinatários individualmente identificados;
- f) «*Potencial Oferente*», o oferente na oferta futura.

#### ARTIGO 3.º (Ofertas particulares)

1. Ficam sujeitas ao regime estabelecido no Título V do Código dos Valores Mobiliários as ofertas particulares que cumulativamente:

- a) Sejam realizadas por oferentes que não sejam agentes de intermediação;
- b) Tenham por objecto valores mobiliários que não sejam acções, obrigações, unidades de participação em organismos de investimento colectivo ou direitos destacados das referidas três categorias de valores mobiliários, desde que o destaque abranja toda a emissão ou série ou esteja previsto no acto de emissão;
- c) Tenham por objecto valores mobiliários não emitidos por agentes de intermediação.

2. As ofertas particulares que são objecto de comunicação nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 155.º do Código dos Valores Mobiliários incluem quaisquer emissões de valores mobiliários que não estejam sujeitas ao regime das ofertas públicas e que sejam realizadas pelas sociedades abertas e sociedades emittentes de valores mobiliários admitidos à negociação em mercado regulamentado.

3. O emitente, o oferente ou o agente de intermediação encarregue da assistência e colocação da emissão realizam a comunicação prevista no número anterior, à Comissão do Mercado de Capitais (CMC), no prazo de 10 (dez) dias contados a partir da emissão dos valores mobiliários, com a emissão dos títulos ou o registo na conta de registo individualizada, através de modelo aprovado pela CMC por, instrução.

#### ARTIGO 4.º (Investimento mínimo em ofertas públicas de distribuição)

Apenas podem ser realizadas ofertas públicas de distribuição que tenham como objecto valores mobiliários referidos na alínea b) do n.º 1 do artigo anterior, qualquer que seja o respectivo oferente ou emitente, quando o valor mínimo de investimento por destinatário e por valor mobiliário seja equivalente ou superior a Kz: 65.000.000,00 (sessenta e cinco milhões de Kwanzas).

#### ARTIGO 5.º (Informação sobre a evolução das aceitações)

1. Durante o prazo da oferta ou do processo de recolha de intenções de investimento, os agentes de intermediação que recebam ordens ou intenções de investimento devem enviar diariamente ao oferente, ou potencial oferente, informação sobre as declarações recebidas, com indicação da quantidade global de valores mobiliários correspondentes e discriminação quantificada por categoria de valores mobiliários e por categorias de destinatários.

2. O oferente e o potencial oferente prestam à CMC as informações sobre a evolução das aceitações que esta lhes solicite, podendo esta entidade, se os interesses dos investidores ou do mercado o aconselharem, obrigar à divulgação pública das informações transmitidas.



## ARTIGO 6.º

## (Divulgação do resultado da oferta pública)

Os resultados da oferta são divulgados logo após o seu apuramento através dos meios utilizados para a divulgação do anúncio de lançamento da oferta, incluindo a discriminação quantificada por categoria de valores mobiliários e por categorias de destinatários.

## CAPÍTULO II

## Estabilização de Preços em Ofertas Públicas

## ARTIGO 7.º

## (Contrato de estabilização)

1. A realização de operações de estabilização pressupõe a prévia celebração de contrato de estabilização entre o oferente e um agente de intermediação habilitado a realizar operações por conta própria, devendo ainda ser respeitadas as regras do mercado e demais regulamentação aplicável ao mercado em causa.

2. O contrato de estabilização é aprovado pela CMC e pela entidade gestora do mercado regulamentado onde deve ser executado.

3. O contrato contém, além de outros elementos acordados pelas partes, as seguintes referências:

- a) Identificação do valor mobiliário a estabilizar, designadamente quanto ao tipo, categoria, valor nominal unitário, quantidade emitida e quantidade admitida à negociação;
- b) Identificação das partes contratantes;
- c) Quantidade dos valores mobiliários objecto de estabilização ou o modo de a determinar;
- d) Obrigações assumidas pelas partes contratantes;
- e) Período de estabilização.

4. A CMC e a entidade gestora do mercado regulamentado podem solicitar quaisquer informações adicionais que considerem necessárias para assegurar a legalidade das operações de estabilização.

5. A CMC e a entidade gestora do mercado regulamentado podem solicitar às partes, no prazo por elas fixado, a introdução das modificações ou aditamentos que entendam convenientes, de modo a assegurar que o contrato de estabilização obedeça às disposições legais e regulamentares aplicáveis.

6. O contrato de estabilização não é aprovado e, conseqüentemente, não pode ser executado, se as partes não o alterarem ou completarem de acordo com o solicitado pela CMC ou pela entidade gestora do mercado regulamentado, nos termos dos números anteriores.

## ARTIGO 8.º

## (Estabilização de preços)

Os contratos de estabilização só podem ser executados a partir da divulgação do anúncio de lançamento da oferta pública de distribuição e até 30 (trinta) dias após o apuramento do resultado.

## ARTIGO 9.º

## (Período e limites da estabilização)

1. Em caso de ocorrência de interrupções relevantes na negociação do valor mobiliário objecto de estabilização, o prazo de 30 (trinta) dias previsto no artigo anterior pode ser aumentado pela entidade gestora do mercado regulamentado com conhecimento prévio da CMC.

2. Diariamente, as operações de estabilização não podem ter por objecto uma quantidade de valores mobiliários superior a 25% do total das transacções efectuadas, em média nas últimas 15 (quinze) sessões de mercado relativas ao valor mobiliário sobre que incide a estabilização.

3. No caso de valores mobiliários admitidos pela primeira vez à negociação, não podem ser objecto de estabilização, na primeira sessão de mercado, mais de 5% do total de valores mobiliários objecto da oferta.

4. As operações de estabilização só podem incidir sobre 15% do total dos valores mobiliários objecto da oferta.

5. A CMC pode autorizar a ultrapassagem dos limiares constantes dos n.ºs 2, 3 e 4 em casos devidamente justificados.

## ARTIGO 10.º

## (Preços de referência)

1. É proibida a realização de operações de estabilização nos casos em que o preço de referência do valor mobiliário seja superior ao preço fixado na oferta pública.

2. Sem prejuízo do disposto no número anterior, a oferta de compra estabilizadora tem como limite máximo o preço médio ponderado da sessão anterior ou, quando coincida com o primeiro dia de negociação, o preço proposto na oferta pública.

3. A oferta de venda estabilizadora tem como limite mínimo o preço médio ponderado da sessão de bolsa do dia anterior.

4. Se for celebrado contrato para distribuição de lote suplementar, o agente de intermediação estabilizador pode apresentar ofertas de venda a preços inferiores ao previsto no número anterior, enquanto este for superior ao preço proposto na oferta pública, até ao limite do saldo resultante das operações de estabilização realizadas, acrescido da quantidade de valores mobiliários que são objecto da opção de distribuição do lote suplementar.

## ARTIGO 11.º

## (Contra tendência)

Dentro dos limites estabelecidos no artigo anterior, a oferta destinada a obter um efeito estabilizador só pode ser dada no sentido contrário àquele que resulta do preço médio ponderado dos dois últimos preços dos valores mobiliários em causa.

## ARTIGO 12.º

## (Informação prévia)

1. O prospecto da oferta pública, durante ou posteriormente à qual o oferente pretenda realizar operações de estabilização, refere-se à possibilidade da realização das mesmas na pendência e subseqüentemente à oferta e procede à transcrição do respectivo contrato de estabilização.

2. Simultaneamente com a publicação do anúncio de lançamento da oferta, a entidade gestora do mercado regulamentado publica, no respectivo boletim de mercado, um anúncio informando o público das condições principais do contrato de estabilização e de eventuais prorrogações de prazo do mesmo, em virtude de interrupções relevantes na negociação do valor mobiliário objecto de estabilização.

**ARTIGO 13.º**  
**(Informação sucessiva)**

1. Até 24 (vinte e quatro) horas após o fecho da sessão em que o agente de intermediação estabilizador tenha efectuado operações de estabilização, este envia à CMC e à entidade gestora do mercado regulamentado:

- a) A indicação das ofertas de estabilização inseridas no sistema de negociação;
- b) A indicação dos negócios realizados e dos preços formados;
- c) A quantidade de valores transaccionados em cada negócio;
- d) A identificação do momento em que se realizaram os negócios.

2. A entidade gestora do sistema centralizado de valores mobiliários envia à entidade gestora do mercado regulamentado e à CMC, diariamente e no mais curto espaço de tempo possível, informação relativa a todas as aquisições de valores mobiliários no âmbito de operações de estabilização.

3. Em cada 3 (três) dias úteis durante o período de estabilização, o agente de intermediação estabilizador publica, no boletim do mercado, um anúncio informando, relativamente às últimas 3 (três) sessões:

- a) A quantidade de valores mobiliários objecto de estabilização;
- b) O preço médio formado nas operações de estabilização.

4. Sem prejuízo do disposto nos números anteriores, no termo do período de estabilização, o agente de intermediação estabilizador publica um anúncio dando nota da quantidade total de valores mobiliários objecto da operação de estabilização e dos preços médios diários formados.

**ARTIGO 14.º**  
**(Suspensão e resolução do contrato)**

1. A entidade gestora do mercado regulamentado pode suspender a operação de estabilização em caso de ultrapassagem pontual e desculpável dos limites quantitativos estabelecidos nos n.ºs 2 e 3 do artigo 9.º, que não tenham sido previamente autorizados pela CMC.

2. Fora dos casos previstos no número anterior, o incumprimento por parte do agente de intermediação estabilizador de qualquer cláusula do contrato de estabilização aprovado implica a resolução da aprovação do contrato de estabilização.

3. Na situação prevista no número anterior, a entidade gestora do mercado regulamentado ou a CMC declara a resolução da aprovação.

4. A declaração da resolução é divulgada imediatamente no sistema de negociação e publicada no Boletim de Mercado da data correspondente.

5. A resolução da aprovação de um contrato de estabilização não exclui a aplicação das sanções cominadas para as infracções previstas na lei ou em regulamento a quaisquer pessoas, singulares ou colectivas, responsáveis pelo incumprimento do contrato.

**ARTIGO 15.º**  
**(Opção de distribuição de lote suplementar)**

1. O oferente pode celebrar contrato com um agente de intermediação estabilizador no qual se preveja a possibilidade de, a pedido deste e caso a procura de valores mobiliários objecto de oferta pública de distribuição o justifique, ser aumentada a quantidade de valores a distribuir junto do público no âmbito da oferta, até um montante pré-determinado que conste do respectivo prospecto.

2. Aplicam-se ao contrato de opção de distribuição de lote suplementar os n.ºs 2, 4, 5 e 6 do artigo 7.º

3. Os valores mobiliários que forem objecto de opção de distribuição de lote suplementar são colocados nas mesmas condições que os demais valores mobiliários distribuídos no âmbito da oferta.

4. Até ao dia anterior ao do exercício da opção de distribuição de lote suplementar, o agente de intermediação informa a CMC e a entidade gestora do mercado regulamentado onde os valores mobiliários objecto da oferta estejam admitidos à negociação e pública, no respectivo boletim, informação sobre as condições da mesma, referindo, designadamente, a data do respectivo exercício e a quantidade de valores mobiliários envolvidos.

5. A partir do exercício da opção de distribuição de lote suplementar, é proibida a prática de acções de estabilização.

6. Caso a opção de distribuição de lote suplementar seja exercida após o apuramento dos resultados da oferta, os valores mobiliários objecto da opção são rateados entre os investidores cujas ordens não foram integralmente satisfeitas e, proporcionalmente, os montantes não satisfeitos.

**CAPÍTULO III**  
**Recolha de Intenções de Investimento**

**ARTIGO 16.º**  
**(Conteúdo do anúncio preliminar)**

Do anúncio preliminar dirigido à recolha de intenções de investimento constam, pelo menos, os seguintes elementos:

- a) Identificação e sede social do potencial oferente, do emitente e dos agentes de intermediação encarregados da recolha de intenções de investimento, com indicação da qualidade em que intervêm;
- b) Duração do período de recolha de intenções de investimento e do período da oferta futura, se este estiver determinado;
- c) Indicação da forma que deve revestir a comunicação de intenções de investimento;

- d) Indicação dos termos e condições em que as intenções de investimento se podem converter em ordens;
- e) Transcrição da sua natureza, nos precisos termos previstos no artigo 21.º
- f) Eventuais condições mais favoráveis em relação à oferta futura, atribuídas às pessoas que manifestem intenções de investimento;
- g) Características e quantidade dos valores mobiliários objecto da oferta futura;
- h) Tipo de oferta;
- i) Indicação da forma de colocação dos valores mobiliários, caso a oferta futura venha a ser lançada;
- j) Indicação dos critérios com base nos quais será formado o preço da oferta futura;
- k) Indicação e identificação do agente de intermediação que assegurará o exercício da opção de distribuição de lote suplementar em conexão com a oferta futura;
- l) Outras condições a que a oferta futura fique eventualmente sujeita.

## ARTIGO 17.º

## (Conteúdo do prospecto preliminar)

O prospecto preliminar deve ser elaborado de acordo com as regras fixadas para o prospecto definitivo e conter a informação exigida para este, excepto quanto aos aspectos relacionados com a oferta futura que não se encontrem determinados.

## ARTIGO 18.º

## (Caducidade do registo)

O registo da operação tendente à recolha de intenções de investimento caduca no prazo de 15 (quinze) dias, caso não seja, nesse período, publicado o anúncio preliminar.

## ARTIGO 19.º

## (Conversão de intenções de investimento em ordens)

Se o anúncio de lançamento e o prospecto preliminares contiverem informação completa, actual e clara sobre as condições em que a oferta futura pode vir a ser lançada, a CMC pode autorizar a conversão automática das intenções de investimento em ordens no último dia do prazo da oferta.

## ARTIGO 20.º

## (Comunicação de intenções de investimento)

1. Para efeitos do disposto no artigo anterior, devem ser comunicadas, por escrito, à CMC as intenções de investimento:

- a) Que possam converter-se automaticamente em ordens;
- b) Que atribuam condições mais favoráveis na oferta futura.

2. Após a recepção da intenção de investimento, o agente de intermediação deve:

- a) Verificar a legitimidade do ordenador;
- b) Adoptar as providências que permitam, sem qualquer dúvida, estabelecer o momento da recepção da intenção.

3. O agente de intermediação inscreve, no boletim de transmissão da intenção, a data e a hora da sua recepção.

4. O boletim de transmissão de intenção de investimento deve fazer referência aos documentos da oferta futura, conter uma descrição sumária das suas principais condições e indicar,

caso aplicável, que a intenção se converte em ordem no último dia do prazo da oferta futura, caso não seja cancelada pelo ordenador até esse momento.

## ARTIGO 21.º

## (Natureza da recolha de intenções de investimento)

1. A recolha de intenções de investimento assume natureza meramente consultiva, não podendo o potencial oferente, no âmbito destas acções, celebrar os contratos de investimento.

2. As intenções de investimento assumem natureza meramente informativa não constituindo aceitações da oferta futura.

## ARTIGO 22.º

## (Modificação e revogação de intenções de investimento)

1. As intenções de investimento podem ser livremente alteradas durante o período de recolha de intenções, mantendo as condições preferenciais aplicáveis relativamente à quantidade confirmada em cada um dos momentos do período de recolha de intenções.

2. Os investidores podem revogar as intenções de investimento que tenham manifestado até ao termo do prazo, quer da operação de recolha de intenções de investimento, quer da oferta pública de distribuição.

## ARTIGO 23.º

## (Transmissão por meios telefónicos)

1. Consideram-se equiparadas a intenções de investimento e a ordens dadas por escrito, as transmitidas por meios telefónicos que assegurem níveis adequados de autenticidade, inteligibilidade e durabilidade.

2. Consideram-se preenchidos os requisitos referidos no número anterior, nos casos em que o agente de intermediação:

- a) Tenha previamente estabelecido uma relação de clientela com o ordenador, baseada em contrato que preveja a possibilidade de transmissão de intenções de investimento ou de ordens por meios telefónicos;
- b) Proceda à identificação do ordenador através de senha codificada, previamente atribuída;
- c) Informe o ordenador da existência do prospecto e dos locais onde o pode consultar, interrogando-o sobre se pretende consultá-lo antes de transmitir a intenção de investimento ou a ordem, caso em que as mesmas não podem ser transmitidas antes da consulta do prospecto pelo ordenador;
- d) Tenha, previamente à transmissão da intenção de investimento ou da ordem, informado o ordenador dos termos da oferta, referidos no n.º 4 do artigo 20.º;
- e) Assegure que o ordenador compreende integralmente o conteúdo da intenção de investimento ou da ordem transmitidas;
- f) Envie ao ordenador, logo após a transmissão da intenção de investimento ou da ordem, comprovativo com indicação da data e hora da recepção e do número de valores mobiliários sobre que incidem; e
- g) Proceda ao registo fonográfico da comunicação estabelecida e à respectiva conservação durante 5 (cinco) anos.

3. O disposto no presente artigo é aplicável à revogação das intenções de investimento ou das ordens, com as devidas adaptações.

4. O teor das mensagens padronizadas a transmitir por meios telefónicos pelo agente de intermediação ao ordenador, para efeitos do disposto no presente artigo, está sujeito à aprovação pela CMC.

#### ARTIGO 24.º

##### (Decisão sobre lançamento da oferta)

1. O potencial oferente toma pública a decisão tomada sobre o lançamento da oferta até 3 (três) dias úteis após o termo do prazo de recolha de intenções de investimento.

2. O anúncio a que se refere o número anterior é divulgado nos mesmos termos que o anúncio preliminar.

3. O dever de divulgação da decisão considera-se cumprido se, no prazo referido no n.º 1, for divulgado o anúncio de lançamento da oferta.

#### ARTIGO 25.º

##### (Aplicação subsidiária)

A operação de recolha de intenções de investimento rege-se, subsidiariamente, pelas normas relativas à divulgação do anúncio e do prospecto de oferta pública de distribuição.

### CAPÍTULO IV

#### Ofertas Públicas de Aquisição

#### ARTIGO 26.º

##### (Objecto da contrapartida)

1. Apenas podem integrar a contrapartida em Ofertas Públicas de Aquisição valores mobiliários admitidos à negociação a um mercado regulamentado ou valores mobiliários da mesma categoria.

2. Antes do registo de Oferta Pública de Aquisição em que a contrapartida inclua valores mobiliários a emitir por entidade diferente do oferente, este deve assegurar a emissão dos valores mobiliários que compõem a contrapartida.

#### ARTIGO 27.º

##### (Objecto da oferta)

1. Não pode ser lançada Oferta Pública de Aquisição que vise:

- a) A aquisição de menos de 5% de acções representativas do capital social da sociedade visada;
- b) A aquisição de outros valores mobiliários, referidos no n.º 2 do artigo 196.º do Código dos Valores Mobiliários, em quantidade inferior à necessária à aquisição ou subscrição de 5% do total das acções representativas do capital social da sociedade visada.

2. No cálculo dos limites referidos no número anterior, não são tidas em conta as acções preferenciais sem voto que não possuam, na data de lançamento da oferta, direitos de voto.

#### ARTIGO 28.º

##### (Derrogação do dever de lançamento de Oferta Pública de Aquisição)

1. Quem beneficiar de uma derrogação do dever de lançamento de Oferta Pública de Aquisição ao abrigo das alíneas b) e c) do n.º 1 do artigo 214.º do Código dos Valores Mobiliários comunica à CMC os factos determinantes da derrogação, no prazo de 5 (cinco) dias úteis após a verificação dos mesmos, juntando os elementos de prova respectivos.

2. O anúncio em que forem divulgados os resultados de uma Oferta Pública de Aquisição lançada nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 214.º do Código dos Valores Mobiliários contém, adicionalmente, a informação exigida na alínea c) do n.º 3 do presente artigo.

3. A declaração da CMC a que se reporta o n.º 2 do artigo 214.º do Código dos Valores Mobiliários explicita, quando estejam em causa as situações das alíneas b) e c) do n.º 1 do mesmo preceito, as seguintes informações:

- a) Identificação do requerente da derrogação;
- b) Breve descrição da situação de facto que justifica a derrogação;
- c) Quantidade de valores mobiliários e de direitos de voto que o requerente passou a deter, calculados nos termos do artigo 122.º do Código dos Valores Mobiliários.

### CAPÍTULO V

#### Disposições Finais

#### ARTIGO 29.º

##### (Dúvidas e omissões)

As dúvidas e omissões suscitadas na interpretação e aplicação do presente Regulamento devem ser resolvidas pelo Conselho de Administração da CMC.

#### ARTIGO 30.º

##### (Entrada em vigor)

O presente Regulamento entra em vigor na data da sua publicação.

Luanda, aos 22 de Setembro de 2015.

O Presidente da Comissão do Mercado de Capitais,  
*Augusto Archer de Sousa Mangueira.*

## INSPECÇÃO GERAL DA ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO

#### Rectificação n.º 5/16 de 6 de Junho

Rectificação ao Despacho n.º 205/16, de 23 de Maio, publicado no *Diário da República* n.º 80, I série

Onde se lê «Considerando o disposto no n.º 3 do artigo 44.º, conjugado com o artigo 44.º,...»

Deve ler-se «Considerando o disposto no n.º 3 do artigo 44.º, conjugado com o artigo 46.º,...»

Luanda, aos 30 de Maio de 2016.

O Inspector Geral da Administração do Estado, *Joaquim Mande.*